



# Petrom Petroquímica Mogi das Cruzes S.A.

CNPJ 02.340.752/0001-27

Relatório da Administração - Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 - (Em milhares de Reais)

www.petrom.com.br

**Relatório da Administração:** Apresentamos aos senhores acionistas e ao mercado, as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2021. A administração da companhia agradece o empenho de todos e coloca-se a disposição para quaisquer esclarecimentos. Mogi das Cruzes, 20 de maio de 2022.

A Administração

Ativo	Nota	2021	2020
<b>Circulante</b>		<b>113.169</b>	<b>78.774</b>
Caixa e equivalentes de caixa	4	44.005	22.242
Contas a receber	5	25.070	29.204
Estoques	6	36.497	25.194
Impostos a recuperar	7	6.645	1.539
Despesas antecipadas		613	259
Outros ativos circulantes		339	337
<b>Não circulante</b>		<b>38.929</b>	<b>34.957</b>
Contas a receber	5	70	76
Depósitos Judiciais		897	905
Imobilizado	9	37.637	33.526
Intangível	10	325	450
<b>Total do ativo</b>		<b>152.098</b>	<b>113.731</b>

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros líquidos acumulado	Total
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2020</b>	<b>30.000</b>	<b>3.516</b>	<b>35.096</b>	<b>-</b>	<b>68.613</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	20.058	20.058
Constituição da reserva legal	-	1.003	-	(1.003)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	(4.764)	-	(4.764)
Dividendos propostos	-	-	(489)	-	(489)
Dividendos pagos	-	-	5.252	(5.252)	-
Destinação de lucros acumulados	-	-	13.803	(13.803)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>30.000</b>	<b>4.519</b>	<b>48.900</b>	<b>-</b>	<b>83.419</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	39.682	39.682
Constituição da reserva legal	-	1.984	-	(1.984)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	(9.425)	-	(9.425)
Dividendos propostos	-	-	(31)	-	(31)
Destinação de lucros acumulados	-	-	28.242	(28.242)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>30.000</b>	<b>6.503</b>	<b>77.142</b>	<b>-</b>	<b>113.645</b>

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis - 1. Informações gerais:** A Petrom Petroquímica Mogi das Cruzes S.A. (Companhia), localizada na Rod. Dom Paulo Rolim Loureiro, Km 9, Mogi das Cruzes, São Paulo, iniciou suas atividades em 1998 como uma Sociedade Limitada e, em 02/01/2004, transformou-se em Sociedade por Ações de Capital Fechado, tendo como atividade: a indústria, comércio, importação e exportação de anidrido ftálico, plastificantes, ácido maleico, anidrido maleico, ácido fumárico, resinas e produtos químicos em geral; a industrialização e transformação de produtos químicos e de matérias-primas, especialmente para as indústrias químicas, comércio; a exportação e importação de produtos químicos e de matérias-primas, especialmente para as indústrias químicas; a industrialização e comércio de matéria-prima utilizada na fabricação de produtos para alimentação humana e animal; a participação em outras sociedades e representação comercial por conta de terceiros. **1.1. Impactos da pandemia nas demonstrações contábeis da Companhia** - A Companhia vem monitorando o progresso do Covid-19 (Coronavirus) e seus impactos nas suas operações. Várias ações foram tomadas pela Administração, dentre as quais destacamos a criação de um comitê de crise formado pela alta administração, que toma decisões em linha com o recomendado com o Ministério da Saúde, autoridades locais e associações profissionais. A Companhia tem adotado todas as medidas possíveis para mitigar a transmissão do vírus na Companhia, e nos escritórios, como: higienização frequente, itens de segurança/proteção dos colaboradores, flexibilização das jornadas, acompanhamento vacinal, entre outras decisões. Desde o início do surto do Covid-19 a Companhia permaneceu aberta, e tem um importante compromisso com a sociedade de continuar levando os produtos para os clientes. Não tivemos problemas no fornecimento das matérias primas que continuaram a abastecer nossa fábrica. Nesse sentido, a Companhia efetuou uma análise completa nas demonstrações contábeis, além de renovar as análises sobre a continuidade operacional da Companhia. Os principais temas avaliados foram: • A Companhia revisitou seus orçamentos, utilizados para a estimativa do cálculo de recuperação de ativos em 31/12/2021, e não são observados decréscimos relevantes nas receitas, e demais linhas da demonstração do resultado, que evidenciem situações de perda dos valores recuperáveis de tais ativos. O valor recuperável é determinado por meio de cálculo com base no valor em uso, a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros, que foram revisadas e foram aprovadas pela Alta Administração para os próximos anos, considerando as premissas atualizadas para 31/12/2021. Como resultado dessa análise, não foi identificada necessidade de registrar provisão para redução ao valor recuperável desses ativos; • Avaliamos a realização dos saldos de contas a receber e entendemos que não há neste momento necessidade de registro de provisões adicionais aquelas já registradas; • Quanto aos estoques não prevemos necessidade de ajuste para realização; • Instrumentos financeiros já refletem as premissas de mercado em sua valorização, e não há exposições adicionais não divulgadas nestas demonstrações contábeis. A Companhia não está exposta em financiamentos significativos em dólares americanos; e • A Companhia não prevê, até o momento, necessidades adicionais de obtenção de financiamento. Adicionalmente, dentre as medidas adotadas pela Companhia com o objetivo de minimizar os impactos ao negócio, podemos destacar: • Implementação de um robusto programa de controle de custos e despesas, que inclui, entre outras ações, a redução de despesas; Em resumo, de acordo com as estimativas da Administração e com o acompanhamento dos impactos da pandemia, não há efeitos que devam ser registrados nas demonstrações contábeis da Companhia e tampouco há efeitos na continuidade e/ou estimativas da Companhia que justificariam mudanças nas conclusões destas demonstrações contábeis. A Companhia continuará monitorando e avaliando os impactos e, se necessário, fará as divulgações necessárias. **1.2. Continuidade operacional** - A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando num futuro previsível e concluiu que tem a capacidade de manter suas operações e sistemas funcionando normalmente, mesmo diante da pandemia Covid-19 (vide Nota Explicativa nº1.1). Assim, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de a Companhia continuar operando e as demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional. A aprovação da Administração para conclusão e emissão das demonstrações contábeis do exercício findo em 31/12/2021, ocorreu no dia 13/05/2022. **2. Elaboração e apresentação das demonstrações contábeis: Base de preparação - i. Declaração de conformidade** - As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições da Lei das Sociedades por Ações, considerando as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos contábeis (CPC) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. **ii. Base de mensuração** - As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. **iii. Uso de estimativas e julgamentos** - A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, a análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados e intangíveis, provisão para créditos duvidosos, Imposto de Renda e provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas

Passivo e patrimônio líquido	Nota	2021	2020
<b>Circulante</b>		<b>35.558</b>	<b>24.144</b>
Fornecedores	12	5.503	5.346
Empréstimos e financiamentos	11	2.638	2.650
Obrigações tributárias	13	12.583	7.114
Obrigações trabalhistas	14	5.533	4.033
Dividendos a pagar	16	9.301	5.000
<b>Não circulante</b>		<b>2.895</b>	<b>6.168</b>
Empréstimos de partes relacionadas	8	12	-
Empréstimos e financiamentos	11	1.800	4.438
Provisão para contingências	15	1.083	1.730
<b>Patrimônio líquido</b>	16	<b>113.645</b>	<b>83.419</b>
Capital social		30.000	30.000
Reserva legal		6.503	4.519
Reserva de lucros		77.142	48.900
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>152.098</b>	<b>113.731</b>

Demonstrações do resultado	Nota	2021	2020
Receita líquida de vendas	17	330.266	239.277
Custo dos produtos vendidos	18	(236.655)	(178.469)
<b>Lucro bruto</b>		<b>93.611</b>	<b>60.808</b>
<b>(Despesas)/receitas operacionais</b>			
Gerais e administrativas	18	(12.439)	(14.192)
Despesas com vendas	18	(18.166)	(11.776)
Outras receitas/(desp.) operacionais	18	(2.307)	(2.576)
<b>Resultado antes do resultado financeiro</b>		<b>60.699</b>	<b>32.263</b>
Receitas financeiras	19	4.900	6.911
Despesas financeiras	19	(5.890)	(8.612)
<b>Resultado financeiro líquido</b>		<b>(990)</b>	<b>(1.701)</b>
<b>Lucro antes do I.R. e C.S.</b>		<b>59.709</b>	<b>30.562</b>
I.R. e C.S. - correntes	20	(20.027)	(10.503)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>39.682</b>	<b>20.058</b>
Quantidade de ações (unidade)		18.000.000	18.000.000
<b>Resultado por ação - básico (em R\$)</b>		<b>2,2046</b>	<b>1,1143</b>
<b>Demonstrações do resultado abrangente</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>	
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>39.682</b>	<b>20.058</b>	

no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As principais premissas da Companhia relativas às fontes de incerteza, em virtude das quais estimativas futuras podem resultar em valores diferentes após a liquidação são apresentadas a seguir: • **Nota Explicativa nº 5** - Perda Esperada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD); • **Nota Explicativa nº 9** - depreciação acumulada do ativo imobilizado; • **Nota Explicativa nº 15** - provisão para contingências. **iv. Moeda funcional e moeda de apresentação** - As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações contábeis foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **3. Resumo das principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **a) Apuração do resultado** - O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. A receita é mensurada com a base no valor justo de contraprestação recebida, excluindo impostos ou encargos sobre a venda ou prestação de serviço. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento da receita. **i) Venda de produtos** - A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador. A seguir, estão detalhados os procedimentos de reconhecimento de receita para as Empresas do Grupo: A receita é reconhecida de acordo com a observância das seguintes etapas: • Identificação dos direitos e compromissos do contrato com o cliente; • Identificação das obrigações de desempenho contratadas; • Determinação do preço da transação; • Alocação do preço às obrigações de desempenho; • Reconhecimento quando (ou na medida em que) as obrigações de desempenho são satisfeitas. Uma receita só é reconhecida quando não há incerteza significativa quanto à sua realização. Mais especificamente, a receita de vendas de produtos é reconhecida quando os produtos são entregues e a titularidade legal é transferida. **ii) Receita financeira** - A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. **b) Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com liquidez diária e resgatáveis com o próprio emissor, e com risco insignificante de mudança de valor, ou seja, um montante conhecido de caixa que possui pouca probabilidade de ter seu valor não realizado. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. **c) Contas a receber de clientes** - As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado menos a perda estimada com liquidação de devedores duvidosos. **d) Ativos financeiros - Classificação** - No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes; (iii) valor justo por meio do resultado. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. Um ativo financeiro é mensurado no valor justo por meio de outros resultados abrangentes somente se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado. Adicionalmente, no reconhecimento inicial, a Companhia pode, irrevogavelmente, designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou mesmo ao valor justo por meio do resultado. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descaimento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo. **Reconhecimento e mensuração** - As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado. Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem. O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela Administração. **Valor recuperável (impairment) de ativos financeiros - ativos mensurados ao custo amortizado** - A Companhia avalia no final de cada período de relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pela Companhia para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem: (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal; (iii) probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; (iv) extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros. **Desreconhecimento de ativos financeiros** - Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principal-

Demonstrações do resultado	Nota	2021	2020
Receita líquida de vendas	17	330.266	239.277
Custo dos produtos vendidos	18	(236.655)	(178.469)
<b>Lucro bruto</b>		<b>93.611</b>	<b>60.808</b>
<b>(Despesas)/receitas operacionais</b>			
Gerais e administrativas	18	(12.439)	(14.192)
Despesas com vendas	18	(18.166)	(11.776)
Outras receitas/(desp.) operacionais	18	(2.307)	(2.576)
<b>Resultado antes do resultado financeiro</b>		<b>60.699</b>	<b>32.263</b>
Receitas financeiras	19	4.900	6.911
Despesas financeiras	19	(5.890)	(8.612)
<b>Resultado financeiro líquido</b>		<b>(990)</b>	<b>(1.701)</b>
<b>Lucro antes do I.R. e C.S.</b>		<b>59.709</b>	<b>30.562</b>
I.R. e C.S. - correntes	20	(20.027)	(10.503)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>39.682</b>	<b>20.058</b>
Quantidade de ações (unidade)		18.000.000	18.000.000
<b>Resultado por ação - básico (em R\$)</b>		<b>2,2046</b>	<b>1,1143</b>
<b>Demonstrações do resultado abrangente</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>	
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>39.682</b>	<b>20.058</b>	

mente quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; (ii) a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre esse ativo. Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo, ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido o retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com esse ativo. **a) Passivos financeiros - Reconhecimento e mensuração** - Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício. Os passivos financeiros da Companhia, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos. **Mensuração subsequente** - Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, debêntures, fornecedores e contas a pagar são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. **Custos de empréstimos** - Os custos de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos são capitalizados como parte do custo destes ativos. Custos de empréstimos são juros e outros custos em que a Companhia incorre em conexão com a captação de recursos. **Desreconhecimento de passivos financeiros** - Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. **f) Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge** - A Companhia não faz uso de instrumentos financeiros derivativos, tampouco atividades de hedge nos exercícios findos em 31/12/2021 e 2020. **g) Estoques** - Avaliados ao custo médio de aquisição e transformação, não excedendo o seu valor líquido de realização. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. A provisão para ajuste de estoque a valor de mercado dos produtos é constituída quando o valor justo registrado no estoque exceder o seu valor de realização. O valor de realização é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios menos os custos estimados necessários para vendê-lo. **h) Arrendamentos** - O CPC 06 (R2) introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilização do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A nova norma substituiu as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A Administração avaliou que para o exercício findo em 31/12/2021, não tem impacto em suas demonstrações contábeis. A Empresa aplicou os seguintes expedientes práticos e isenções: **i)** Definição de contrato de arrendamento na transição: a Empresa aplicou o CPC 06 (R2) a todos os contratos celebrados antes de 1º/01/2019, que foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06 (R2); **ii)** Contratos de curto prazo ou com prazo remanescente em 1º/01/2019 igual ou inferior a 12 meses: a Empresa reconheceu os pagamentos de arrendamentos associados a estes arrendamentos como despesas em base linear ao longo do prazo destes; **iii)** Contratos para os quais os ativos subjacentes são de baixo valor: a Empresa reconheceu os pagamentos de arrendamentos associados a esses arrendamentos como despesas em base linear ao longo do prazo do arrendamento; **iv)** Aplicou taxa de desconto única à carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares (tais como os arrendamentos com prazo de arrendamento remanescente similar para uma classe similar de ativo subjacente). Adicionalmente, a Empresa é parte em determinados contratos com prazos indeterminados. Considerando que tanto o locador quanto o locatário têm o direito de cancelar o contrato a qualquer momento, com multa insignificante quando houver, a Empresa entende que tais contratos estão fora do alcance do pronunciamento CPC 06 (R2), fazendo com que os pagamentos sejam reconhecidos como despesas operacionais, quando ocorrerem. **i) Imobilizado** - Ativos imobilizados são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada, mas não pela redução ao valor recuperável. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando forem prováveis que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. Terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue: **Descrição:** Edificações - 25 anos, Máquinas e equipamentos - 5 anos, Veículos - 5 anos, Móveis e utensílios - 10 anos, Equipamentos de informática - 5 anos e Instalações - 5 anos. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada

Demonstrações dos fluxos de caixa	2021	2020
<b>Fluxo de caixa da atividade operacional</b>		
Lucro líquido do exercício	39.682	20.058
<b>Ajustes para reconciliar o lucro ou prejuízo ao fluxo de caixa das atividades operacionais:</b>		
Depreciação e amortização	3.808	3.361
Ganho/(perda) na alienação de imobilizado e investimento	78	146
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) (Reversão) / Constituição de provisão para contingência	(167)	(77)
	(647)	62
<b>42.754</b>	<b>24.109</b>	
<b>Aumento líquido/(redução) de ativos e passivos:</b>		
Contas a receber	4.301	(4.820)
Estoques	(11.303)	1.761
Impostos a recuperar	(5.106)	(1)
Outras contas a receber	(344)	11
Fornecedores	157	2.318
Obrigações trabalhistas e tributárias	6.969	5.506
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>37.428</b>	<b>28.884</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aquisição de ativo imobilizado	(7.800)	(2.769)
Aquisição de intangível	(72)	(95)
<b>Caixa líquido (usado) das atividades de investimentos</b>	<b>(7.872)</b>	<b>(2.864)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(5.155)	(4.504)
Captação de empréstimos com partes relacionadas	12	167
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(2.650)	(1.593)
<b>Caixa líquido (usado) nas atividades de financiamentos</b>	<b>(7.793)</b>	<b>(5.930)</b>
<b>(Diminuição)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>21.763</b>	<b>20.090</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	22.242	2.152
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	44.005	22.242
<b>(Diminuição)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>21.763</b>	<b>20.090</b>

exercício. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado. **j) Intangível** - A Companhia possui licenças de *software* e marcas e patentes como ativos intangíveis. Todos possuem vidas úteis definidas e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. **k) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros** - A Administração da Companhia revisa anualmente o valor de seus ativos tangíveis e intangíveis, para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver, conforme critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. **l) Provisões** - Reconhecida para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa do montante requerido para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se o reembolso for certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. **m) Tributação** - O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido, quando aplicável, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil por ano para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, e consideram, quando existente, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. As antecip

...continuação

também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica a Empresa. • **Alterações ao CPC26/IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante** - Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que significa um direito de postergar a liquidação; • Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; • Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º/01/2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Empresa avalia o impacto que as alterações terão na prática atual. • **Alterações ao CPC 23/IAS 8: Definição de estimativas contábeis** - Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º/01/2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Empresa. • **Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis** - Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º/01/2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de materialidade para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária. A Empresa está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.

	2021	2020
Caixa	5	3
Banco conta movimento	66	48
Aplicações financeiras	43.934	22.191
	<b>44.005</b>	<b>22.242</b>

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e títulos emitidos e compromis-

	2021	2020
Caixa	5	3
Banco conta movimento	66	48
Aplicações financeiras	43.934	22.191
	<b>44.005</b>	<b>22.242</b>

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e títulos emitidos e compromis-

**9. Imobilizado:**

	2021	2020
Em 1º de janeiro de 2020	1.506	61.894
Em 31 de dezembro de 2020	1.506	64.368
Em 31 de dezembro de 2021	1.506	68.122

**Taxa anual médias de depreciação (%)**

	2021	2020
Caixa	5	3
Banco conta movimento	66	48
Aplicações financeiras	43.934	22.191
	<b>44.005</b>	<b>22.242</b>

o ou outros benefícios de longo prazo para a Administração ou demais colaboradores. **15. Provisão para contingências:** A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrente do curso normal de operações envolvendo questões tributárias, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constitui provisão em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas prováveis com as ações em curso, como segue:

	2021	2020
Tributários	1.033	1.670
Trabalhistas	30	49
Cíveis	20	11
	<b>1.083</b>	<b>1.730</b>

A movimentação da provisão para demandas judiciais está demonstrada, conforme a seguir:

	2021	2020
Saldo inicial	1.730	1.109
Baixas	(656)	(16)
Adições	9	637
	<b>1.083</b>	<b>1.730</b>

**a) Natureza das contingências** - A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas e tributários, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As respectivas provisões para contingências foram constituídas considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos, para os processos cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos foi avaliada como provável. A Administração acredita que a resolução destas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado. As contingências trabalhistas e previdenciárias referem-se a processos movidos por ex-funcionários vinculados a verbas decorrentes da relação de emprego e a vários pleitos indenizatórios. **b) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço** - Em 31/12/2021, mantêm os valores anteriormente mencionados, e não foram computados nos montantes acima os valores de R\$ 143 de correntes de causas trabalhistas (R\$ 17 em 2020), cuja avaliação dos assessores legais da Companhia aponta para uma probabilidade possível de perda da parte contrária, razão pela qual a Administração não registrou esse montante nas demonstrações contábeis. **16. Patrimônio líquido: a) Capital social** - Em 31/12/2021, o capital social, totalmente subscrito e integralizado da Companhia era de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), dividido em 18.000.000 (dezoito milhões) de ações nominativas sem valor nominal. **b) Reserva legal** - A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital. A reserva para investimentos e capital de giro está representada pelos lucros não distribuídos. **c) Dividendos e juros sobre o capital próprio** - Conforme disposição estatutária aos acionistas, estão assegurados dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, que somados correspondam, no mínimo, a 25% do lucro líquido do exercício da Companhia, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. A distribuição do lucro do exercício de 2021 e 2020, está disposta da seguinte forma:

	2021	2020
Imposto de renda e contribuição social o lucro	6.899	3.855
IRRF a recolher	567	393
ICMS a recolher	5.085	2.481
PIS e COFINS a recolher	-	328
ISS a recolher	14	12
PIS/COFINS/CSLL - retido	18	45
	<b>12.583</b>	<b>7.114</b>
Dividendos propostos	9.424	4.764
Valor excedente ao dividendo mínimo obrigatório	9.456	5.252
Quantidade de ações	31	489
Dividendo por ação (R\$)	18.000.000	18.000.000
	<b>0,5253</b>	<b>0,2918</b>

**17. Receita líquida de Venda:** A reconciliação das receitas brutas para a receita líquida dos produtos vendidos é como segue:

	2021	2020
sados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira.	25.624	29.931
<b>5. Contas a receber</b>		
Contas a receber	25.624	29.931
(-) Perda Esperada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)	(484)	(651)
	<b>25.140</b>	<b>29.280</b>
Circulante	25.070	29.204
Não circulante	70	76
Abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer:		
	<b>2021</b>	<b>2020</b>
	<b>25.140</b>	<b>29.280</b>
<b>Vencidos:</b> Vencidos acima de 180 dias	484	651
Perda Esperada com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)	(484)	(651)
	<b>25.140</b>	<b>29.280</b>

	2021	2020
A Companhia reconhece a provisão para Perda Esperada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD), após análise individualizada dos clientes. Além disso, a Administração da Companhia tem como política reconhecer como perda os saldos vencidos há mais de 180 dias. A Administração da Companhia constitui provisão para Perda Esperada para Créditos De Liquidação Duvidosa (PECLD) em 31/12/2021, no montante de R\$ 484 (R\$ 651 em 2020).		
Saldo final em 2020	651	
Reversão por recebimento em 2021	(84)	
Reversão por revisão da estimativa	(83)	
Saldo final em 2021	<b>484</b>	
<b>6. Estoques</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Produtos acabados	18.906	5.916
Matéria-prima	13.485	16.068
Mercadorias	362	535
Produtos em elaboração	1.010	436
Almoxarifado	2.734	2.239
	<b>36.497</b>	<b>25.194</b>
	<b>2021</b>	<b>2020</b>
ICMS a recuperar	2.562	1.025
PIS e COFINS a recuperar	1.589	-
IPI a recuperar	2.480	514
Reintegra	14	-
	<b>6.645</b>	<b>1.539</b>

**Exclusão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS") na base cálculo do Programa Integração Social ("PIS") e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS").** Em 20/07/2017, a Empresa impetrou mandato de segurança, processo 5001566-05.2017.4.03.6103, objetivando a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como do reconhecimento do seu direito de recuperar os valores indevidamente recolhidos a este título desde março de 2017, corrigidos pela taxa SELIC. Em 17/05/2019 foi proferida a sentença, por meio da qual a Justiça Federal de 1º grau considerou a não incidência do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS. O processo tramitou pela Justiça Federal de 2º Grau, sendo mantida a sentença favorável para a Empresa, inclusive com efeito retroativo a 15/03/2017 para devolução do que foi

	2021	2020
Produtos acabados	18.906	5.916
Matéria-prima	13.485	16.068
Mercadorias	362	535
Produtos em elaboração	1.010	436
Almoxarifado	2.734	2.239
	<b>36.497</b>	<b>25.194</b>
	<b>2021</b>	<b>2020</b>
ICMS a recuperar	2.562	1.025
PIS e COFINS a recuperar	1.589	-
IPI a recuperar	2.480	514
Reintegra	14	-
	<b>6.645</b>	<b>1.539</b>

ou outros benefícios de longo prazo para a Administração ou demais colaboradores. **15. Provisão para contingências:** A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrente do curso normal de operações envolvendo questões tributárias, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constitui provisão em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas prováveis com as ações em curso, como segue:

	2021	2020
Tributários	1.033	1.670
Trabalhistas	30	49
Cíveis	20	11
	<b>1.083</b>	<b>1.730</b>

A movimentação da provisão para demandas judiciais está demonstrada, conforme a seguir:

	2021	2020
Saldo inicial	1.730	1.109
Baixas	(656)	(16)
Adições	9	637
	<b>1.083</b>	<b>1.730</b>

**a) Natureza das contingências** - A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas e tributários, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As respectivas provisões para contingências foram constituídas considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos, para os processos cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos foi avaliada como provável. A Administração acredita que a resolução destas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado. As contingências trabalhistas e previdenciárias referem-se a processos movidos por ex-funcionários vinculados a verbas decorrentes da relação de emprego e a vários pleitos indenizatórios. **b) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço** - Em 31/12/2021, mantêm os valores anteriormente mencionados, e não foram computados nos montantes acima os valores de R\$ 143 de correntes de causas trabalhistas (R\$ 17 em 2020), cuja avaliação dos assessores legais da Companhia aponta para uma probabilidade possível de perda da parte contrária, razão pela qual a Administração não registrou esse montante nas demonstrações contábeis. **16. Patrimônio líquido: a) Capital social** - Em 31/12/2021, o capital social, totalmente subscrito e integralizado da Companhia era de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), dividido em 18.000.000 (dezoito milhões) de ações nominativas sem valor nominal. **b) Reserva legal** - A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital. A reserva para investimentos e capital de giro está representada pelos lucros não distribuídos. **c) Dividendos e juros sobre o capital próprio** - Conforme disposição estatutária aos acionistas, estão assegurados dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, que somados correspondam, no mínimo, a 25% do lucro líquido do exercício da Companhia, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. A distribuição do lucro do exercício de 2021 e 2020, está disposta da seguinte forma:

	2021	2020
Imposto de renda e contribuição social o lucro	6.899	3.855
IRRF a recolher	567	393
ICMS a recolher	5.085	2.481
PIS e COFINS a recolher	-	328
ISS a recolher	14	12
PIS/COFINS/CSLL - retido	18	45
	<b>12.583</b>	<b>7.114</b>
Dividendos propostos	9.424	4.764
Valor excedente ao dividendo mínimo obrigatório	9.456	5.252
Quantidade de ações	31	489
Dividendo por ação (R\$)	18.000.000	18.000.000
	<b>0,5253</b>	<b>0,2918</b>

**17. Receita líquida de Venda:** A reconciliação das receitas brutas para a receita líquida dos produtos vendidos é como segue:

	2021	2020
pagos pela maior conforme modulação do STF. Em 13/05/2021, o STF concluiu o julgamento relacionado a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, decidindo dessa forma sobre os embargos de declaração interpostos pela União Federal contra a decisão proferida no RE 574.706 e, dentre os diversos pontos apresentados no recurso fazendário, foi definido que o ICMS não compõe a base de cálculo para fins de incidência do PIS e da COFINS, portanto, devendo ser excluído da base de cálculo das contribuições o valor do ICMS destacado em notas fiscais de venda. A sentença proferida em 17/05/2019 foi utilizada pela Companhia desde janeiro de 2020 até março de 2021 e considerou a metodologia de exclusão do valor do ICMS da base do PIS e da COFINS conforme apurado e recolhido mensalmente (COSIT). Com a conclusão do STF ocorrida em 13/05/2021, a Companhia mudou a metodologia e passou a considerar desde abril de 2021 a metodologia do ICMS destacada em notas fiscais de venda. Em dezembro de 2021, a Companhia obteve decisão favorável transitado em julgado para o processo 5001566-05.2017.4.03.6103, que determinou a exclusão do ICMS da base de cálculo do Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, tal decisão compreende o período de apuração dos referidos tributos de março de 2017 a março de 2021, uma vez que a Companhia desde abril de 2021 passou a excluir o ICMS destacado em nota fiscal de venda. Como consequência desse trânsito em julgado, os direitos decorrentes de tais ações deixaram de representar ativos contingentes, e nesse momento, a Administração da Empresa ainda não dispõe das informações suficientes e confiáveis para realizar uma estimativa do montante recuperável de créditos relativos ao referido período de apuração. Sobre o aspecto tributário, a Administração da Companhia ainda não dispõe da primeira declaração de compensação que será a base para tributação deste crédito, conforme solução de consulta 183 de 07/12/2021. Sobre valor do ganho terá a incidência de tributos (sobre o principal 34% de IRPJ/CSLL e sobre a atualização do principal pela taxa SELIC de 4,65% de PIS/COFINS), além dos honorários de êxito (12,5%) do escritório de advocacia contratado para conduzir o processo judicial, devidos na utilização do benefício pela Companhia, conforme contrato JMART08-00076/2017, sobre os quais estimamos que devem ter o seu reconhecimento inicial no exercício de 2022. <b>8. Partes relacionadas:</b> Os saldos com partes relacionadas são a seguir apresentados:	2021	2020
NPC Indústrias Químicas Ltda (passivo)	12	-
	<b>12</b>	<b>-</b>

Em 31/12/2021, a Companhia já havia recebidos de volta todos os empréstimos concedidos em 2021 à Cipatex Impregnadora de Papéis e Tecidos Ltda e Oropó Participações Ltda porém ficou um saldo passivo a favor da NPC Indústrias Químicas Ltda no valor de R\$ 12 (R\$ 0 em 2020). **8.1. Remuneração do pessoal-chave** - A remuneração dos diretores e conselho de Administração que corresponde a benefícios de curto prazo foi de R\$ 306 (R\$ 492 em 2020). Há benefício concedido de uso de veículos aos diretores. No exercício de 2021, não houve concessão de benefícios de longo prazo pós-emprego, plano de aposentadoria, de rescisão de contrato de trabalho nem remuneração baseada em ações.

	2021	2020
<b>Receita bruta de vendas</b>	<b>414.061</b>	<b>306.428</b>
Venda de produtos - mercado interno	356.517	368.021
Venda de produtos - mercado externo	57.544	38.407
<b>Deduções de vendas</b>	<b>(83.795)</b>	<b>(67.151)</b>
Devoluções e descontos	(593)	(348)
Impostos sobre vendas	(83.202)	(66.803)
<b>Receita líquida de vendas</b>	<b>330.266</b>	<b>239.277</b>
<b>18. Resultado por natureza: Reconciliação de despesas por natureza</b> - O grupo de custos e despesas é demonstrado no resultado por função. A reconciliação do resultado por natureza/finalidade para os exercícios findos em 31/12/2021 e 2020, está demonstrada conforme segue:	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Matéria prima	(196.963)	(146.261)
Despesa com pessoal	(29.491)	(21.780)
Impostos, taxas e contribuições	(240)	(418)
Depreciação e amortização	(3.468)	(3.361)
Energia	(14.461)	(11.354)
Viagens e estadias	(97)	(31)
Utilização de bens e instalações	(2.758)	(6.468)
Materiais de consumo	(581)	(2.089)
Aluguéis e arrendamentos	(4.569)	(4.301)
Serviços de comunicação	(103)	(105)
Propaganda e publicidade	(384)	(191)
Contribuições e doações	(731)	(669)
Multas e indenizações	(15)	(3)
Despesas judiciais	(138)	(116)
Comissões	(1.032)	(919)
Frete e carretos	(10.448)	(4.803)
Despesas com seguros	(1.781)	(1.569)
Outras receitas e despesas	(2.308)	(2.576)
	<b>(269.568)</b>	<b>(207.014)</b>
	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Custos dos produtos vendidos	(236.655)	(178.469)
Despesas com vendas	(18.166)	(11.776)
Despesas gerais e administrativas	(12.439)	(14.192)
Outras receitas/(despesas) operacionais	(2.308)	(2.576)
	<b>(269.568)</b>	<b>(207.014)</b>
	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>19. Receitas e despesas financeiras</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Receitas financeiras: Juros ativos	-	104
Rendimento de aplicação financeira	938	175
Variação cambial ativa	3.879	6.613
Descontos Obtidos	83	18
Outras receitas financeiras	-	1
	<b>4.900</b>	<b>6.911</b>
	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>Despesas financeiras:</b> Juros passivos	(1.083)	(1.166)
Despesas bancárias	(122)	(151)
Variação cambial passiva	(4.093)	(7.164)
Descontos concedidos	(592)	(131)
	<b>(5.890)</b>	<b>(8.612)</b>
	<b>(990)</b>	<b>(1.701)</b>

**20. Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes**

	2021	2020
Lucro antes do I.R. e C.S.	59.709	30.562
<b>I.R. e C.S. à alíquota de 34%</b>	<b>(20.301)</b>	<b>(10.391)</b>
Incentivos fiscais	232	1.010
Despesas não dedutíveis	(1.135)	(1.380)
Ganhos não tributáveis	1.177	258
Despesa com I.R. e C.S.	<b>(20.027)</b>	<b>(10.503)</b>
I.R. e C.S. - correntes	<b>(20.027)</b>	<b>(10.503)</b>
I.R. e C.S. - Diferidos	-	-
<b>Taxa efetiva %</b>	<b>34%</b>	<b>34%</b>

**21. Gestão financeira: Fatores de risco financeiro** - As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e risco com taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A gestão de riscos é realizada pela Administração da Companhia, que tem também a função de aprovar todas as operações de aplicações e empréstimos realizadas pela Companhia. **a) Risco de mercado** - A Companhia está exposta à riscos de mercado decorrentes das atividades

	2021	2020
Receitas financeiras: Juros ativos	-	104
Rendimento de aplicação financeira	938	175
Variação cambial ativa	3.879	6.613
Descontos Obtidos	83	18
Outras receitas financeiras	-	1
	<b>4.900</b>	<b>6.911</b>

...continuação

**Petrom Petroquímica Mogi das Cruzes S.A. - CNPJ 02.340.752/0001-27**

**Conselho de Administração:** William Rogério Nicolau - Presidente - **José Pilon** - Vice-presidente. **Conselheiros:** William Nicolau; Valmir Pilon; José Geraldo Antunes; José Roberto Pilon; William Marcelo Nicolau; Rafael Barro Pilon; Otávio Pilon Filho; **Diretoria:** William Nicolau - Diretor Presidente - **José Roberto Pilon** - Diretor Administrativo/Financeiro. **Contador:** Luciano José dos Santos Cruz - CRC 1SP172046/O-0

**Relatório do Auditor Independente Sobre as Demonstrações Contábeis.** Aos Acionistas e Administradores da **Petrom Petroquímica Mogi das Cruzes S.A.** - Mogi das Cruzes - SP. **Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis** - Examinamos as demonstrações contábeis da **Petrom Petroquímica Mogi das Cruzes S.A.** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2021, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Petrom Petroquímica Mogi das Cruzes S.A.** em 31/12/2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis** - Excluímos do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS - Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 07 Impostos a recuperar, durante o exercício corrente a Petrom Petroquímica Mogi das Cruzes S.A. (CNPJ: 02.340.752/0001-27) obteve decisão favorável em trânsito em julgado para o processo 5001566-05.2017.4.03.6103, que determinou a exclusão do ICMS da base de cálculo do Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, tal decisão compreende o período de apuração de março de 2017 a dezembro de 2021 dos referidos tributos. Como consequência do trânsito em julgado, os direitos decorrentes de tais ações deixaram de representar ativos contingentes, entretanto, a Admi-

nistração da Empresa não procedeu ao reconhecimento contábil dos créditos naquela oportunidade. A Administração da Empresa afirma que ainda não dispõe da totalidade das informações, suficientes e confiáveis, para realizar uma estimativa do montante recuperável de créditos relativos ao referido período de apuração, e que está envidando esforços para concluir os cálculos o mais breve possível. Consequentemente, em decorrência dos possíveis efeitos desse assunto, inclusive tributários e honorários advocatícios, não terem sido determinados até a conclusão dos nossos trabalhos, não nos foi possível nas circunstâncias, efetuar procedimentos alternativos de auditoria que nos possibilitassem opinar qual seria o impacto proveniente desses eventos nas demonstrações contábeis findas em 31/12/2021. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis** - A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das

demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omis-

são ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Toda-avia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 13 de maio de 2022.  
**BDO RCS Auditores Independentes SS - CRC 2 SP 031522/F**  
**Ronaldo Silva dos Santos - Contador CRC 1 SP 228140/O-4**



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>